

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	22
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	23
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	24
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
Total	2.364
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	211.208	203.645
1.01	Ativo Circulante	132.613	123.041
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11	14
1.01.02	Aplicações Financeiras	132.333	122.194
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	132.333	122.194
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	132.333	122.194
1.01.06	Tributos a Recuperar	1	1
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1	1
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	1	1
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	268	832
1.01.08.03	Outros	268	832
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	0	598
1.01.08.03.02	Outros Ativos	268	234
1.02	Ativo Não Circulante	78.595	80.604
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	78.595	80.604
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74.671	77.332
1.02.01.01.03	Aplicações no Mercado Aberto	74.602	77.332
1.02.01.01.04	Ativos Financeiros Disponíveis para a Venda	69	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.924	3.272
1.02.01.09.03	Outros Ativos Financeiros	3.924	3.272

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	211.208	203.645
2.01	Passivo Circulante	522	2.832
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	199	197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	199	197
2.01.03	Obrigações Fiscais	321	2.633
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	321	2.633
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	260	2.530
2.01.03.01.03	Outros	61	103
2.01.06	Provisões	2	2
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2	2
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	2	2
2.02	Passivo Não Circulante	3.239	3.206
2.02.03	Tributos Diferidos	894	877
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	894	877
2.02.04	Provisões	2.345	2.329
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.345	2.329
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.345	2.329
2.03	Patrimônio Líquido	207.447	197.607
2.03.01	Capital Social Realizado	123.144	123.144
2.03.02	Reservas de Capital	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	84.121	74.281
2.03.04.01	Reserva Legal	13.021	12.529
2.03.04.02	Reserva Estatutária	71.100	61.752

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-299	-1.152	-423	-1.323
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71	-379	-103	-367
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-228	-773	-320	-956
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-299	-1.152	-423	-1.323
3.06	Resultado Financeiro	4.757	16.053	6.706	19.098
3.06.01	Receitas Financeiras	4.757	16.053	6.706	19.098
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.458	14.901	6.283	17.775
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.511	-5.061	-2.132	-6.042
3.08.01	Corrente	-1.506	-5.044	-2.125	-6.021
3.08.02	Diferido	-5	-17	-7	-21
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.947	9.840	4.151	11.733
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.947	9.840	4.151	11.733
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,25000	4,16000	1,75597	4,96333
3.99.01.02	PN	1,25000	4,16000	1,75597	4,96333

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	2.947	9.840	4.151	11.733
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.947	9.840	4.151	11.733

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.857	11.754
6.01.01.01	Lucro Líquido	9.840	11.733
6.01.01.02	Tributos Diferidos	17	21
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.547	-5.023
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	2.730	1.034
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Títulos Mantidos para Negociação	-10.139	-11.496
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	0	37
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	-54	-97
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-34	-26
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	4.001	5.452
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Provisões	16	35
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Outros Passivos	2	38
6.01.02.10	(Redução) Aumento Ativos Financeiros Disponívels para Venda	-69	0
6.01.03	Outros	-6.313	-6.731
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-6.313	-6.731
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11	11

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	74.281	0	0	197.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	74.281	0	0	197.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.840	0	9.840
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.840	0	9.840
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.840	-9.840	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	9.840	-9.840	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	84.121	0	0	207.447

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	123.144	182	58.715	0	0	182.041
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	123.144	182	58.715	0	0	182.041
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.733	0	11.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.733	0	11.733
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.733	-11.733	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.733	-11.733	0	0
5.07	Saldos Finais	123.144	182	70.448	0	0	193.774

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	16.053	19.098
7.01.02	Outras Receitas	16.053	19.098
7.01.02.02	Receitas Financeiras	16.053	19.098
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-379	-367
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-379	-367
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.674	18.731
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	15.674	18.731
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.674	18.731
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.674	18.731
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.834	6.998
7.08.02.01	Federais	5.834	6.998
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.840	11.733
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.840	11.733

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas aos períodos de 01/01 a 30/09 de 2017 e de 2016, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período Lucro Líquido de R\$ 9.840 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 207.447 mil. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 4,16 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 87,75. Os Ativos Totais atingiram R\$ 211.208 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e Ativos Financeiros Mantidos para Negociação.

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela CVM, e contam com o relatório de revisão dos auditores independentes sem ressalva. Em atendimento as práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis, foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes na qualidade de auditores independentes do Conglomerado.

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2017, não foram prestados diretamente a Investimentos Bemge S.A. serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence a Investimentos Bemge S.A., serviços não relacionados à auditoria externa.

Justificativa dos Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes - não prestou, no período de janeiro a setembro de 2017, outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor.

São Paulo, 01 de novembro de 2017.

A Administração

Notas Explicativas

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Períodos de 01/01 a 30/09 de 2017 e de 2016
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 06 de novembro de 2017.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.3.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Outros Resultados Abrangentes.

2.2 PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM PERÍODOS FUTUROS

Durante o período findo em 30 de setembro de 2017 não houve emissão de novos pronunciamentos, apenas a continuação do Ciclo Anual de Melhorias (2012 – 2014), no qual o CPC faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

Notas Explicativas

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utiliza premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas abaixo:

- a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos** - Conforme explicado na Nota 2.4e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos realizados no consolidado do Itaú Unibanco Holding S.A..
- b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros** - A INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 3.

A INVESTIMENTOS BEMGE acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas em detalhes na Nota 3.

- c) Ativos e Passivos Contingentes** - A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação** - As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa** - A INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa, as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- c) Aplicações no Mercado Aberto** - A INVESTIMENTOS BEMGE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras.

Notas Explicativas

- d) Ativos e Passivos Financeiros** - Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros e classifica seus Ativos Financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação;
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda; e
- Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras. Dividendos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são reconhecidos na Demonstração do Resultado como Receitas Financeiras quando é provável que se estabeleça o direito da INVESTIMENTOS BEMGE de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

III. Empréstimos e Recebíveis

A INVESTIMENTOS BEMGE classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros.

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta os Outros Ativos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

- e) Imposto de Renda e Contribuição Social** - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

Notas Explicativas

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. As obrigações fiscais diferidas são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%	Contribuição Social	9,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%		

f) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes – São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A INVESTIMENTOS BEMGE, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

g) Lucro por Ação - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada período. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído é o mesmo.

NOTA 3 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) Mantidos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Curto Prazo com valor de custo/custo amortizado e valor justo no montante de R\$ 132.333 (R\$ 122.194 em 31/12/2016), nível de Risco 2.
- b) Disponíveis para Venda** – A carteira é composta por Certificados de Depósito Bancário com valor de custo amortizado de R\$ 69 acima de 365 dias, nível de Risco 2.

Notas Explicativas

- c) **Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta sociedade.

De acordo com o CPCs, a INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se de *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc.

Nível 3: Utiliza-se de *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- I - **Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- II - **Ativos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.
- III - **Outros Ativos Financeiros** – Basicamente compostos de depósitos em garantia de passivos contingentes. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

Notas Explicativas

NOTA 4 – DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Ativos Financeiros

	30/09/2017	31/12/2016
Devedores por Depósitos em Garantia	3.924	3.870
De Obrigações Legais - Provisões Fiscais	2.955	2.924
De Passivos Contingentes - Recursos Fiscais	969	934
De Passivos Contingentes - Recursos de Ações Cíveis	-	12
Total	3.924	3.870

b) **Obrigações Sociais** - Totalizam R\$ 199 (R\$ 197 em 31/12/2016) e estão compostas por Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar.

c) **Despesas Gerais e Administrativas** - Totalizam R\$ (379) (R\$ (367) de 01/01 a 30/09/2016) e estão compostas, principalmente, por Serviços Técnicos Especializados R\$ (113) (R\$(115) de 01/01 a 30/09/2016), Contribuição Sindical R\$ (55) (R\$ (94) de 01/01 a 30/09/2016), Publicações R\$ (59) (R\$ (58) de 01/01 a 30/09/2016), Serviços do Sistema Financeiro R\$ (106) (R\$ (98) de 01/01 a 30/09/2016).

NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

NOTA 6 - PROVISÕES

	30/09/2017	31/12/2016
Fiscais e Previdenciárias ^(*)	2.345	2.329
Outras	2	2
Total	2.347	2.331

(*) Representadas pela tese: EC 10/96 (1º sem/96): Aplicação do princípio da anterioridade.

Contingências não reconhecidas no Balanço: Valores envolvidos nas ações fiscais e previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.183.

Notas Explicativas

NOTA 7 – PARTES RELACIONADAS

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Taxa Anual	Ativos		Receitas (Despesas)	
		30/09/2017	31/12/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Itaú Unibanco S.A. - Ligada					
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	100% da SELIC	74.602	77.332	5.738	7.381
Títulos e Valores Mobiliários		132.402	122.194	10.138	11.496
Itau Unibanco S.A	Ligada	69	-		
Fundos de Investimentos Exclusivos	Ligada	132.333	122.194	10.138	11.496
Despesas do Sistema Financeiro		-	-	(41)	(42)

(*) Carteira composta por Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com vencimentos acima de 365 dias R\$ 74.602

- b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 8 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) **Gerenciamento de Riscos e Capital** - A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias;
- A carteira é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizada de forma centralizada, visando assegurar que os riscos do conglomerado Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, que não faz parte das demonstrações contábeis

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo o risco das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a

Notas Explicativas

otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 junho 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais do conglomerado.

O documento “Relatório de acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado e não faz parte das demonstrações financeiras, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados bem como apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança, (v) monitoramento de

Notas Explicativas

ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança com segurança.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, cupons de moedas estrangeiras e cupons de índices de preços;
- Moedas: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Commodities: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo

O conglomerado Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O conglomerado Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Notas Explicativas

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

III - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, avaliar, mitigar, monitorar e reportar o risco operacional com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

Notas Explicativas

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos acionistas e administradores da

Investimentos Bemge S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investimentos Bemge S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de novembro de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2017; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2017. São Paulo (SP), 6 de novembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2017; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de janeiro a setembro de 2017. São Paulo (SP), 6 de novembro de 2017.